

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Zero Hora (P. Alegre)

Class.: 1363

Data: 08.06.88

Pg.: _____



Índios agora vão viver em paz. E as crianças poderão brincar tranquilamente

Índios de Viamão vão ganhar terras da prefeitura

Tribo nômade resolve se fixar definitivamente

Uma antiga tradição da tribo Mbyá-guarani vai ser rompida pelas 20 famílias que vivem no interior de Viamão. Nômades por natureza, os índios decidiram se fixar definitivamente nas terras depois de terem sido avisados de que o prefeito de Viamão, Tapir Rocha, desapropriou uma área de 48 hectares para que eles possam viver para sempre no local. "Como sabemos que a terra é nossa agora vamos ficar de vez", anunciou ontem um dos líderes do grupo de 107 índios guaranis, Arturo Beníte, de 40 anos, chamado pelos outros de "capitão".

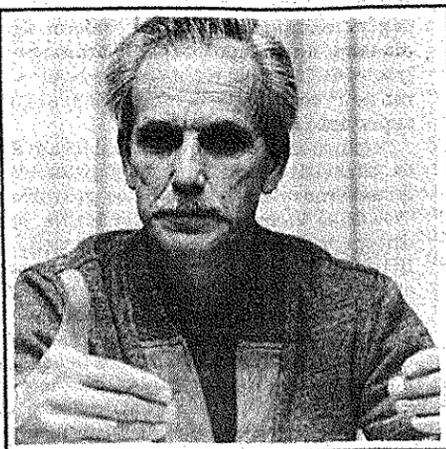
A área foi desapropriada através do decreto 18/88, de 6 de abril deste ano, e agora o prefeito de Viamão trata de conseguir na Justiça do município a imissão de posse das terras. Em seguida, ele enviará para a Câmara de Vereadores o projeto de doação da área para os índios. "Aí é só o cacique Artêmio vir aqui na prefeitura e levar a escritura das terras", diz Tapir Rocha, ao salientar que não pode conceber uma desapropriação com interesse social mais nítido do que este. "O que queremos é que os verdadeiros donos da terra tenham seu direito reconhecido, porque nós é que somos intrusos", justificou o prefeito, que há alguns meses havia recebido da Associação Nacional de Proteção ao Índio (Anai) uma solicitação formal para a desapropriação da área.

Na petição, a presidente da Anai, Maria Cristina Vigiano, e o vice-presidente, Rodrigo Venzon, lembravam que este seria um ato simples que poderia resgatar um mínimo de dignidade para os índios. E, realmente, como o esperado pela Anai e pelo prefeito de Viamão, a desapropriação deu novas esperanças de vida para a tribo, que sobrevive em condições miseráveis e até hoje plantava apenas o essencial para a subsistência das famílias. Mais tranquilo pela posse da terra, "capitão" garante que agora "vai dar para plantar batata-doce, mandioca, milho, abóbora, melancia e feijão".

Sem festa

A 14 quilômetros do centro de Viamão, a área, segundo Tapir Rocha e a Anai, começou a ser ocupada há 15 anos pelos índios, que, conforme sua tradição, viviam de forma nômade, ou seja, ficavam algum tempo no local e depois se mudavam para retornar mais tarde. Com o decreto, esta rotina vai ser quebrada. "A gente tinha que ficar de um lado pro outro porque não tinha garantia da terra. Agora a gente não precisa mais sair e vai ficar de vez", anunciou Arturo.

Apesar da boa notícia, os guaranis não vão fazer nenhuma festa para comemorar a posse da terra. "Não tem dinheiro pra festa, não tem



Tapir Rocha, prefeito: satisfeito com a decisão

nem roupa quente pra nós, enquanto aqui perto tem gente com tanto, que podia nos dar um pouco", lamenta capitão. Com as roupas em trapos, descalços e sem cobertores suficientes, os índios — e ainda mais as crianças, mais de metade da tribo — só podem recorrer às fogueiras para tentar se aquecer. O calor do fogo, porém, não está poupando os índios, que vivem em 15 taperas miseráveis, de uma nova onda de gripe, que vem se somar a uma epidemia de sarampo que matou várias crianças no ano passado. A mortalidade pelas doenças respiratórias só conseguiu ser evitada com o apoio da Anai, que periodicamente leva um médico para ver os índios — a última visita foi há um mês.

O prefeito de Viamão não sabe ainda muito bem que tipo de apoio poderia ser prestado aos índios. "Nesta pobreza em que vive a prefeitura, já está sendo dada a nossa contribuição", disse Tapir Rocha, ao admitir, porém, acertar alguma espécie de auxílio material com a Anai, que já fornece à tribo ferramentas e sementes. "E se Deus permitir, nós vamos plantar toda a terra no fim do ano", afirmou capitão. A Funai, sustenta Tapir Rocha, está dispensada de intervir na vida da tribo de Viamão, "porque basta citar o nome dela para assustar os índios". Embora venham de vez em quando a Porto Alegre para vender artesanato, os índios, efetivamente, não querem muito contato com a civilização e nem pensam em algum dia abandonar a língua guarani, falada correntemente por todos os membros da tribo. Além disso, sequer cogitam pedir uma escola para a área. "Pra que? Pra, quando crescerem, meus filhos irem roubar os carros dos outros?", questiona-se o capitão Arturo.

Proprietário não admite prejuízos. E faz protesto

Localizados no distrito de Passo da Areia, os 48 hectares ocupados pelos índios guaranis no interior de Viamão pertenciam a três proprietários antes de serem desapropriados pelo prefeito Tapir Rocha. Dois — Lúcia Maria Porcello Scholl e Sílvia Beatriz Porcello Scholl — herdaram 26 hectares de Arlindo Scholl, enquanto o outro proprietário, Jorge Guedes da Silveira, professor das faculdades de Engenharia Eletrônica da Ufrgs e PUC, embarcou na canoa furada de um edital do Departamento Municipal de Habitação (Demhab), de Porto Alegre, que leiloou a área, de quase 22 hectares, em 1978. "Naquela época, não havia índios no local", assegura o professor, que diz ter "centenas de testemunhas" para comprovar esta informação, ao contrário do que dizem a Associação Nacional de Proteção ao Índio (Anai), o prefeito Tapir Rocha e os índios.

Guedes Silveira pensava em transformar seus 22 hectares, pelos quais atribui um valor de mercado superior a 3.500 OTNs, num sítio de lazer. "O que me preocupa é que o Demhab venda uma área dessas e eu fique no prejuízo", reclama. O professor chegou a entrar em contato com a Anai para tentar uma solução para a ocupação, descoberta por ele há pouco mais de um ano. Há poucas semanas, sem desconfiar da intenção do Prefeito de Viamão, de desapropriar a área, ele procurou um advogado para ingressar na Justiça pedindo a reintegração de posse de seu sítio. Mas, agora reconhece que "existe um problema social que tem de ser resolvido", e que, "se a indenização for justa", pode até comprar outro sítio na região". A estimativa de preço das terras, feita pela Prefeitura com base no valor do imposto de transmissão, não vai agradar aos antigos proprietários: Cz\$ 1 milhão, um cálculo que pode ser mudado pela Justiça.